

ENSAIO

CIDADE QUE EDUCA, ESCOLAS QUE ACOLHEM, CURRÍCULO QUE HUMANIZA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

José Ronaldo Pereira¹

O presente ensaio apresentará as primeiras impressões sobre o processo social, político e pedagógico da construção das *Diretrizes Curriculares da Educação Municipal de Campo Limpo Paulista -SP*, fazendo uma ligação da conjuntura política nacional e municipal. O marco temporal inicial será o ano de 2010 com a realização da Conferência Nacional de Educação – CONAE. Tomamos a liberdade de começar com a apresentação do personagem da Mitologia Grega Procusto, seguido de uma pequena introdução com as primeiras ações educacionais no nosso território e, posteriormente, daremos um salto para o ano de 2010 e, por fim, abordaremos a trajetória da Construção das Diretrizes Curriculares da Educação Municipal de Campo Limpo Paulista -SP.

O LEITO DO PROCUSTO E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Um dos personagens da mitologia grega é Procusto, um gigante que trabalhava em uma estalagem nas altas colinas da Ática, onde oferecia hospedagem para os viajantes. No entanto, sob os tetos simpáticos que convidavam ao descanso e ao conforto, se escondia um segredo terrível. Procusto tinha uma cama de ferro, na qual convidava seus hóspedes a se deitarem. À noite, enquanto dormiam, ele aproveitava para amordaçar e amarrar suas vítimas. Se a pessoa fosse mais alta e seus pés, mãos ou cabeça não coubessem exatamente nas dimensões da cama, os cortava. No contrário, se a pessoa fosse menor, ele quebrava seus ossos para ajustar as medidas. Nunca nenhum viajante se adaptava à cama, porque, secretamente, Procusto possuía duas versões de tamanhos diferentes, e armava para que seu hóspede nunca coubesse no leito. O gigante manteve este terror por muito tempo até ser capturado por Teseu, que o condenou ao

¹ José Ronaldo Pereira é Doutorando em Filosofia e Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP, foi secretário municipal de educação de Campo Limpo Paulista SP (2017-2018).

mesmo terror que ele desferia aos seus convidados – prendeu-o à sua própria cama e cortou-lhe a cabeça e os pés.

A escolha do Mito do Procusto como referência para abertura texto, pois entendemos que a implementação das políticas públicas no campo da Educação, do Currículo e dos Direitos Humanos, são interrompidas em tempos e tempos, não importando se deram bons resultados, ou não, caso não caibam nas camas do novo grupo que chega ao poder central, deve ser eliminada. Vejamos o que afirma Brandão:

“Procusto configura a tirania ética e intelectual exercida por pessoas que não toleram e nem aceitam as ações e os julgamentos alheios, a não ser para concordar. Temos, assim, nessa personagem sanguinária, a imagem de poder absoluto, quer se trate de um homem, de um partido ou de um regime político” (1991, p. 428).

A chegada dos colonizadores portugueses vai sendo personificada em práticas violentas de escravização, expulsão das terras, retirada da riqueza, nova religião, nova cultura e, por fim, no assassinato, segundo Vieira e Faria (2007) em seu livro Política Educacional no Brasil: introdução histórica:

Para os invasores que chegavam, os habitantes nativos nada mais eram do que “bárbaros” – “gentio”, a escravizar e explorar. Sem os ornamentos dos povos “civilizados”, possuíam, contudo, um conhecimento elaborado sobre o meio em que viviam e natural capacidade de adaptação. Eram sensíveis ao belo, cultivavam a memória de seus ancestrais, possuíam fortes vínculos familiares e no trabalho observavam as condições de idade e de sexo” (2007, p. 27).

O primeiro Governador Tomé de Sousa desembarcou nas terras ocupadas em 1549 juntamente com os Jesuítas, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega; eram quatro sacerdotes e dois irmãos, tinham como missão ampliar o domínio da fé católica e construir iniciativas no campo da educação, podemos afirmar, com dificuldades variadas, obtiveram êxito nos dois:

Os jesuítas aqui aportaram com a missão de difundir a fé católica, seguindo as orientações do Regime de D. João III. A conversão

de indígenas, através da catequese e da instrução, é um de seus principais objetivos. A ação da Companhia de Jesus assegura a hegemonia espiritual da Metrópole sobre o novo território. Se os soldados do rei conquistaram pela força, os soldados de Deus cabem a conquista pela persuasão. (VIEIRA FARIAS 2007 p. 34).

Em 1759 os Jesuítas são expulsos do território conquistado pelo então superministro do Rei de Portugal D. Jose, Marques de Pombal. Eles deixaram na colônia 25 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários sem contar os seminários menores e as escolas de lê e escrever. Ainda segundo Faria “o afastamento, em verdade, está associado justamente a isto. Porque pelas persuasões haviam conquistado o gentio, chegaria uma hora em que bani-los do novo território é uma questão de sobrevivência política” (FARIAS; VIEIRA, 2007, p. 37).

Com esse pequeno relato tentamos dar luz às primeiras experiências no campo da educação e das políticas públicas no Brasil com fortes rupturas que deixaram marcas e costumes que até hoje são seguidos, voluntária ou involuntariamente. Passamos por diversos tempos políticos e personagens: no Império, na República, nas Ditaduras (1937-1945 e 1964-1985), no Estado Democrático, mudamos para continuar igual. O Leito de Procusto, com suas diferentes camas, ainda serve para silenciar, para aniquilar sujeitos: culturas e projetos, foi, e é, mantido sobre o teto simpático da Santa Madre Igreja, ontem, ou do Estado, hoje, mantendo os privilégios da pequena burguesia nacional a serviço do grande capital estrangeiro.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO: UMA LINHA DO TEMPO

O fim da ditadura civil/militar, de 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, fruto da luta por democracia, do desejo profundo de mudança e de mobilização social de: sindicatos, igrejas, movimento sociais, partidos políticos do campo democrático popular, associação de moradores e diversos grupos da sociedade civil, todos sonhando com a ampliação dos direitos sociais. No ano de 1987, em Brasília, foi aberta a Assembleia Nacional Constituinte sendo que no ano seguinte é promulgada a “Carta Magna” em outubro de 1988,

Do ponto de vista do ordenamento jurídico essa nova Carta Magna inovou no campo dos direitos sociais e o lugar da educação foi uma dessas inovações. O artigo 205 é cristalino. A educação é mencionada como direito de todos e dever do Estado e da família. (FREITAS; BICCAS p. 323).

A Constituição já apontava a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em dezembro de 1996 foi finalmente aprovada com o número 9.394/96, também fruto de um intenso debate no mundo acadêmico, político e empresarial. A década de 1990 foi marcada, no campo das políticas públicas, por reformas na máquina estatal, também conhecidas como reformas neoliberais, o responsável por implementá-las foi o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

No campo da educação, o governo introduziu várias mudanças: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a reforma curricular com o desenho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o aprimoramento das informações do Censo Educacional e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 1997).

No ano de 2002 foi eleito presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, torneiro mecânico, sindicalista, fundador do Partido dos Trabalhadores, que disputou quatro eleições presidenciais para chegar à vitória.

Fernando Henrique Cardoso foi substituído por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), um líder popular de esquerda, eleito em 2002, em sua quarta tentativa para a presidência da República. A gestão Lula da Silva foi caracterizada, sobretudo, pela política de distribuição da renda, com aumento real do salário-mínimo (52% nos oito anos de governo), pela redução da desigualdade social com aumento das despesas sociais do Estado, Programa Bolsa Família, entre outros, o que levou o Brasil a não mais integrar o Mapa da Fome” (AGUIAR, 2019, p.03)

O governo do metalúrgico Lula teve fim em 2010, sendo eleita a primeira mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff que manteve as políticas

iniciadas pelo antecessor. No ano de 2014 houve eleições gerais em dois turnos, a 7ª eleição presidencial do país após a promulgação Constituição Federal de 1988, a presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita com mais de 54 milhões de votos ou 51,64% e seu adversário Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ficou em segundo lugar com pouco mais de 51 milhões de votos ou 48,36% dos votos. As forças derrotadas na eleição, eminentemente conservadoras, não aceitaram o resultado da eleição e passaram a fazer oposição ferrenha à Presidenta.

Dilma Rousseff prosseguiu com a política econômica do governo Lula da Silva, enfrentou muitas dificuldades de ordem político-econômica, tendo sido reeleita no acirrado pleito presidencial de 2014. Cabe ressaltar que ao longo da sua gestão foram implementadas medidas de políticas que desagradaram vários grupos sociais, especialmente as elites brasileiras que elevaram o tom das críticas ao governo (AGUIAR, 2019, p. 04.)

No ano de 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE - com o tema central: *Construindo um sistema nacional articulado de educação*, que foi construída por um intenso debate no campo da educação, foram realizadas as conferências municipais e estaduais que culminaram na Conferência Nacional de Educação que tinha como lema central “Direito à Educação”, que contou com participação de aproximadamente 3 mil delegados e delegadas, abrindo espaço para o Plano Nacional de Educação, promulgado em 25 de Junho de 2014, segundo Nunes:

O PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) de 2007, a CONAE (Conferência Nacional de Educação) de 2010, abriram espaços para a promulgação do novo Plano Nacional de Educação, o segundo PNE do milênio, promulgado em 245 de junho de 2014, ainda que tardia e um tanto extemporaneamente, como Lei 13.005/2014, definindo novos rumos e legitimando 20 metas e 253 estratégias para a produção e para a organização da Educação e da Escola como “direito subjetivo e social” tal como definiria nossa Carta Magna.

No dia 01 de janeiro de 2015 Dilma Rouseff assumia seu segundo mandato presidencial e o Ministério da Educação ficaria na responsabilidade

de Cid Gomes que, após crise como o Parlamento, foi exonerado em março de 2015, interinamente assume Luiz Claudio Costa e fica no cargo até 06 de abril, em 06 de abril assume Renato Janine Ribeiro que fica até outubro e, por fim assume Aloizio Mercadante em 02 de outubro de 2015, ficando no cargo até 12 de maio de 2016.

As passagens de tantos ministros, em tão pouco tempo, não impediram que em 2015 houvesse o Seminário Interinstitucional para elaboração da Base Nacional Curricular, em 16 de setembro é apresentada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em maio de 2016 a segunda versão que na sua apresentação afirma:

O presente documento, fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. Apresenta-se, aqui, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica (BRASIL, 2016).

As forças políticas conservadoras iniciaram um forte movimento, que não se via desde o fim da Ditadura Civil/Militar, esse movimento levou ao processo de derrubada da Presidenta Dilma Roussef democraticamente eleita. No dia 2 de dezembro de 2015, foi aberto um processo de cassação do Mandato da Presidenta com a aceitação, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida em 15 de outubro de 2015 e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do seu mandato.

As razões para a abertura do processo de cassação de Dilma Roussef iam além. O Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, era investigado na Operação Lava Jato da Polícia Federal, sob denúncias de ter recebido propinas da Petrobrás e de manter contas secretas na Suíça. Consequentemente, Cunha corria o risco de perder o seu mandato, pois o Conselho de Ética da Câmara movia um processo contra ele. Quando os Deputados do Partido dos Trabalhadores anunciaram o seu apoio à perda do mandato de Cunha no Conselho de Ética, ele teria aceitado o pedido de *impeachment* como instrumento de chantagem.

Contudo, dado o acirramento da crise política instalada no país, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi afastada definitivamente da presidência pelo Congresso Nacional, sob o argumento controverso de que fora condenada pela prática de crime de responsabilidade, especialmente pela suposta prática das chamadas pedaladas fiscais. Tal decisão provocou inúmeras polêmicas no país, não só nos meios jurídico-políticos, mas em todas as esferas da sociedade brasileira. (SAVIANI, 2018).

Na educação o movimento autodenominado “Escola Sem Partido” foi o grande representante das forças conservadoras, seus representantes fomentaram e criaram “uma marcha em prol da “neutralização escolar”: parlamentares de vários partidos (exceto os da esquerda), membros da bancada evangélica, entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da “cura gay”, ideólogos do liberalismo e da privatização” (RIBEIRO, 2016, p. 03), com um discurso simpático e práticas muitas vezes truculentas, levaram o Projeto “Escola sem Partido” para o cenário nacional.

Veiculado por meio de um sitio na internet desde 2004, o ESP ampliou sua visibilidade em 2014, com a tramitação de projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados e em estados e municípios. Nesse período começaram a circular notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no site do movimento, a fim de coibir a suposta “doutrinação ideológica” dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade. Ao longo de 2015, o ESP alinhou-se a outras organizações de direita, como Movimento Brasil Livre e Revoltados Online, defendendo nas ruas e redes sociais o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. (RIBEIRO, 2016, p. 03)

As suas propostas chegaram também na construção da Base Nacional Curricular Comum. Como o Mito de Procusto, tudo aquilo que não estava de acordo com sua ideologia deveria ser retirado, anulando toda a diversidade existente na nossa escola, a liberdade de cátedra dos educadores e das educadoras.

A retirada violenta de Dilma Rousseff abriu as portas para antigos e novos atores da política nacional, Michael Temer, então vice-presidente, assumiu com uma política de ajuste fiscais e completamente contrária ao que vinha sendo colocada em prática pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff,

vejamos:

A principal medida econômica do presidente Michel Temer foi a Proposta de Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016), denominada de PEC dos Gastos. Encaminhada pelo governo, a PEC determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Essa PEC atinge todas as esferas da administração pública e impacta fortemente as políticas educacionais, sobretudo as decorrentes da aprovação do PNE 2014–2024 (2019, p. 05)

O Ministério da Educação foi assumido pelo então Deputado Mendonça Filho, do Partido Democratas, iniciando um amplo desmonte de todo o processo construído nos últimos anos daquela década. As duas primeiras ações já mostravam a que veio, vejamos: a primeira audiência foi justamente com o grupo autodenominado Revoltados Online, “responsável por apresentar recentemente a proposta do Escola Sem Partido ao ministro da Educação do governo ilegítimo. Aliás, é bom dizer que foi a primeira audiência concedida pela pasta da Educação nesta gestão ilegítima. (MANHAS, 2016, p. 19)

A segunda foi a mudança dos conselheiros, indicados por Dilma Rousseff, no Conselho Nacional de Educação e nomeando novos conselheiros, procurando adequar o órgão aos novos sujeitos e seus oportunistas projetos governamentais:

O ministro Mendonça Filho alterou o processo de construção da terceira versão da BNCC, cuja metodologia de elaboração da primeira e da segunda versões era de responsabilidade de um grupo de especialistas, vinculados às universidades, conforme mostram os documentos exarados pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. Ele restringiu a participação desses especialistas ao instituir o Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio (Portaria MEC nº 790, de 27 de julho de 2016) para acompanhar o processo de discussão da segunda versão da BNCC, encaminhar sua proposta final ao CNE, bem como propor subsídios para a reforma do ensino médio. O comitê era coordenado pela secretária executiva Maria Helena Guimarães de Castro, que ocupou esse mesmo cargo na gestão do ministro Paulo Renato, no governo FHC, quando os PCNs foram implementados. (2019, p.07.)

A terceira, e última versão, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC - foi entregue ao Conselho Nacional de Educação em Abril de 2017 e homologada em 20 de Dezembro do mesmo ano, um dos problemas do documento foi a divisão da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), pois foi aprovada a BNCC sem o Ensino Médio e com pouquíssimas referências à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Especial e à Educação do Campo, Ximenes (2017 apud MACHADO, 2018) verbaliza as críticas presente nos debates entre especialistas:

O CNE se colocou numa posição cartorial e submissa desde o início. De cara, aceitou tramitar uma proposta de BNCC parcial, sem o ensino médio. Ou seja, exclui a possibilidade de produzir com autonomia um debate cuidadoso e com o tempo necessário e olhando para o conjunto da educação básica. Ainda que tenha adiado a votação, isso se deveu a um pedido de vista conjunto, e a reação da maioria dos conselheiros ao pedido de três conselheiras foi aprovar um descabido pedido de urgência. Houve um total desrespeito à prerrogativa das conselheiras em editoriais e notas furiosas patrocinadas pelos reformadores empresariais. O CNE também não atendeu ao pedido de discussão coletiva, de ao menos uma audiência pública adicional, feito pelas principais associações de pesquisa da área, como a Anped [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação], a Associação de Formação de Professores. Isso é muito sintomático. Dado esse alinhamento aparente do CNE com a pressão dos institutos empresariais e o completo desalinhamento com essas associações que reúnem os educadores e formadores de educadores, eu não tinha nenhuma expectativa de correção de rumos nesse momento.

A homologação da BNCC permitiu aos estados e municípios a visita às suas matrizes curriculares. Tratava-se de um momento de definição da autonomia dos entes jurídicos e suas finalidades e prerrogativas constitucionais.

DIRETRIZES CURRICULARES DE CAMPO LIMPO PAULISTA: CURRÍCULO EM DISPUTA

No meio da imensa agitação e da tensão política na esfera federal no ano de 2016 havia eleições municipais, fortemente influenciadas pelo clima de

Brasília. Em Campo Limpo Paulista foi eleito Drº. Japim de Andrade com 31,93% dos votos o segundo colocado Drº Luiz Brás com 31,89%, após a vitória foi criado um grupo trabalho formado por educadores e educadoras da rede e a equipe de transição para preparar o plano de trabalho da pasta da educação, os principais problemas eram: *manutenção das unidades escolares, livro didático incompatível com a realidade local, número excessivo de professores sem vínculo e contratados de forma precária, falta de formação continuada para os educadores, grande lista de espera para creches e a questão da alimentação escolar de baixa qualidade.*

No dia 01 janeiro de 2017 ao assumir o Mandato, Drº. Japim anuncia as prioridades de seu governo: Saúde e Educação. Na Secretaria de Educação tínhamos claros os desafios: 1) Retirada do material didático; 2º) Manutenção das unidades; 3º) Valorização dos Profissionais do Magistério; 4º) Programa de Alimentação Escolar; 5º Construção e ampliação para atender crianças da Educação Infantil; 6º) Falta de vínculo dos educadores com a rede e 7º) Reorganizar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

As leis aprovadas no campo da Educação Nacional: Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2013) e a promulgação do Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014) mostravam que também era necessário um novo Currículo municipal.

Os trabalhos foram iniciados a partir de prioridades, fazer gestão é fazer escolhas, com orçamento apertado e dívidas deixada pela gestão anterior, o Currículo era prioridade, as decisões políticas e administrativas haviam sido tomadas. Iniciamos os procedimentos burocráticos e pedagógicos para construção do Currículo Municipal da cidade, mas também sabíamos que só ele não garantia a qualidade social da educação que desejávamos, e cada departamento ficou responsável por criar as condições necessárias para a melhoria nos apontamentos realizados pela rede, buscamos então o nosso “inérito viável”.

O clima de tensão na cidade, promovido pelas mudanças implantadas pelo novo governo, interesses de grupos econômicos e políticos contrários e derrotados no pleito municipal, retirada de privilégios, um clima nacional contrários às políticas do campo democrático popular, uma base aliada em construção na Câmara Municipal, a presença do movimento “Escola Sem Partido” na cidade e a

cassação do mandato da então Presidenta Dilma Rousseff, foi a base propulsora para um processo de Cassação do Prefeito pela Câmara Municipal no dia 11 de Setembro de 2017, e sua volta ao cargo no dia 21 de Setembro, dez dias depois, reconduzido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A gestão voltou com fôlego renovado e redobrado, em Outubro foi iniciado os trabalhos para construção do Currículo municipal de forma democrática, montamos uma equipe de sistematização, para planejamento, acompanhamento, sistematização e entrega do documento final e com representação de todos os setores da educação. No planejamento ficou clara a decisão da participação todos os sujeitos que vivem e que dão vida à escola, com eles e não para eles: gestão central, equipe gestora das unidades, educadores, merendeiras, assistentes, estudantes, pais, mães e responsáveis. O professor Saviani (2020) nos apresenta uma fundamental compreensão do conceito de currículo: é a própria escola em funcionamento, ação cotidiana de seus sujeitos, portanto, a integração de todos os protagonistas e sujeitos sociais, professores, servidores, crianças e jovens, vejamos:

Em síntese, pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens. (SAVIANI apud MALANCHEN; MATOS; ORSA, 2020, p.08)

O processo teve início com um forte processo de formação continuada: foram 38 jornadas de formação, 46 reuniões temáticas, 100 encontros com gestores, educadores e servidores da educação e 04 grandes conferências curriculares temáticas. Nos horários coletivos nas unidades foram preparados materiais de apoio com: 1) oito textos de referência para cada nível da educação, Educação Infantil I e II, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos e 2) mais oito textos com campos temáticos ilustrados com vídeos, exposições e materiais didáticos.

O Programa de Formação Continuada teve como tema: *Cidade que Educa, Escolas que acolhem, Currículo que Humaniza* e abordou os temas: do direito à educação e da educação como direito, o sistema nacional de educação: o protagonismo da ação docente emancipatória, como construir coletivamente

um currículo de acolhimento e de cuidados para a educação infantil centrado no direito à educação e no direito de aprendizagem na escola; o currículo da educação integral na escola de tempo integral, a partir da concepção do direito à educação; os fundamentos teóricos e práticas pedagógicas possíveis, a educação fundamental como formação humana e como direito à educação e à cidadania, a BNCC: desafios à reorganização da escola, a prática pedagógica da educação fundamental na concepção do direito à educação e do protagonismo das crianças e adolescentes; a alfabetização, humanização, desenvolvimento humano e empoderamento cultural, Educação de jovens, adultos e idosos como direitos humanos inalienáveis, as políticas nacionais da EJA, diretrizes curriculares para modalidade.

A participação dos pais, mães ou responsáveis foi dividida em duas etapas: a primeira foi responder um questionário com cinco questões e a segunda foi a participação na Conferência Curricular temática. Foram respondidos 3.293 questionários dos quais 456 retornaram em branco. A Conferência Lúdica teve a mesma dinâmica: primeiro foi entregue um roteiro de reflexão com retorno de 5.230 respondidos e a participação na Conferência Lúdica. Por fim foi realizado a Conferência de entrega do Currículo para a cidade com a presença de autoridades políticas, religiosas, sindicatos, professores e gestores. Era a materialização de um itinerário formativo e educacional sem par na história da cidade e da área da Educação.

Entendemos que trouxemos à baila, personagens que nunca fizeram parte do debate educacional e muito menos na Construção do Currículo, eles apenas eram anteriormente convidados a deitar na cama de Procusto, e caso não se adaptassem eram excluídos, seja através da expulsão compulsória, da repetência, da falta de condições de chegar ou de entrar na escola, os docentes eram enquadrados em materiais didáticos e calados com punições.

A construção coletiva das Diretrizes Curriculares na perspectiva dos direitos humanos mostra que é possível fazer educação pública ouvindo toda a comunidade escolar, colocando divergências, construindo possibilidades, pois será com a diversidade de pensamentos que faremos uma educação pública, com qualidade social para a classe trabalhadora e na contramão do que vinha sendo propagado e construído pelas reformas conservadoras, implantadas logo após o golpe. Por fim lembremos do ditado Africano: “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Ângela da Silva. **Reformas conservadoras e a “nova educação”**: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. Educação e Sociedade, Campinas, v.40, 2019.

BIANCHETTI, Lucídio; CORREIA, José Alberto. **In/exclusão no trabalho e na educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BICCAS. Maurilane de Souza, FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega. Dicionário mítico-etimológico**. Petrópolis – RJ, Vozes, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2017b.

CAMPO LIMPO PAULISTA. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal**. Campinas: Editora Brasília, 2018.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

MANHAS, Cleomar. **Nada mais ideológica que “escola sem partido”**. IN A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

NUNES. Cesar; POLLI, Jose Renato. **Educação, humanização e cidadania: fundamentos éticos e práticas políticas para uma pedagogia humanizadora**. Jundiaí, SP: Editora InHouse e Editora Brasília (coedição), 2018.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas – SP: Autores Associados, 1997.